

A UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR E OS ENFOQUES TEÓRICOS CLÁSSICOS

THE UNIT OF FAMILY PRODUCTION AND THE CLASSIC THEORETICAL DISCUSSIONS

Patrício A. Silva Carneiro

Bacharel e Licenciado em Geografia pela UFV

Mestre em Geografia Humana pela UFMG

Doutorando em Geografia Humana pela UFMG

patriciocarneiro@ufmg.br

Resumo

Este trabalho procura discutir as principais contribuições teóricas de Vladimir Lênin, Alexander Chayanov e Karl Kautsky acerca do debate clássico relativo à “exploração familiar”. O primeiro autor estudou a diferenciação social do campesinato russo, em função da introdução do trabalho assalariado. O segundo defendeu a dinâmica não-capitalista da economia camponesa. O terceiro enfatizou a subordinação da agricultura à indústria, na qual o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado. Na verdade, as situações geográficas, históricas, sociais e econômicas diferenciadas vividas pelo campesinato latino-americano estão a reclamar um enfoque teórico próprio que contemple o estudo da estrutura e da dinâmica interna e externa da produção familiar.

Palavras-chave: Campesinato. Marxismo clássico. Vladimir Lênin. Karl Kautsky. Alexander Chayanov.

Abstract

This article discusses the main theoretical contributions of Vladimir Lênin, Alexander Chayanov and Karl Kautsky about the relative classical debate at the "family exploitation". The first author studies the Russian peasant's social differentiation, in function of the introduction of the salaried work. The second defends the dynamics not-capitalist of the economy of the peasant. The third one emphasizes to subordination of the agriculture to the industry, in the which the peasant would be reducing if to a disguised worker's condition. In fact, the economic, social, historical, and geographical situations differentiated lived by the peasant from América Latina claims a theory that contemplate the study of the structure and of the dynamics internal and external of the family production.

Key-words: Peasant. Classical Marxism. Vladimir Lênin. Karl Kautsky. Alexander Chayanov.

Introdução

A discussão atual da questão agrária tem convergido na percepção de que o modo de produção capitalista, progressivamente, tem se generalizado por todos os ramos e setores da produção, na indústria e na agricultura, na cidade e no campo. As discordâncias entre os enfoques decorrem de como os autores vêem como se dá tal processo. Para alguns, ocorre a generalização das relações capitalistas no interior da produção agrícola, enquanto para outros, a própria expansão capitalista no campo é responsável por criar e recriar as relações não-capitalistas de produção, em função do próprio processo contraditório de desenvolvimento deste modo de produção. Ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção que geraria relações capitalistas e não-capitalistas de produção, combinadas ou não¹.

No âmbito da teorização do campesinato, o debate clássico relativo à “exploração familiar” se encontra polarizado entre os enfoques dos trabalhos de Lênin e Chayanov, respectivamente caracterizados, na questão agrária russa, pelo grupo “Marxista” (Social-Democracia) e pela “Escola da Organização e Produção” (Populista), incluindo ainda a teoria de Kautsky sobre a subordinação da agricultura. Martins (1981, p.15) afirmou que:

‘Populistas’ era a designação que Lênin dava aos socialistas narodniks numa polémica partidária aguda na Rússia do final do século XIX. Os bolcheviques, que Lênin representava, tinham uma interpretação ocidentalizada do processo político russo, baseada nas formulações que, em *O Capital*, Marx desenvolvera sobre o capitalismo, na importância do crescimento e da ação política da classe operária. Já os populistas entendiam que a transformação social podia ocorrer sem que houvesse o desaparecimento da comunidade russa, o que implicava conceber os camponeses como uma força política e não como um fator de atraso político.

O critério-chave da teoria de Lênin (1985) consiste no estabelecimento da importância do trabalho assalariado no contexto do campesinato russo para a compreensão do desenvolvimento da exploração agrícola capitalista. Num ponto de vista inteiramente diferente, situa-se a perspectiva teórica de Chayanov (1974) que defende a inexistência do trabalho assalariado como um dos fatores que assinalam a economia camponesa e sua dinâmica não-capitalista.

Enquanto os teóricos da Social-Democracia defendiam uma estratégia política baseada na transição direta da estrutura comunitária do campesinato para o socialismo

que se materializaria a partir de uma tendência dominante de dissolução do campesinato nas duas classes básicas da sociedade capitalista, Chayanov e seus seguidores se limitaram à teorização da lógica não-capitalista da família camponesa.

Nos meios socialistas, o debate consistia justamente em compreender se os camponeses pobres poderiam ser tratados como proletários ou, por outro lado, se seriam capazes de manter a sua situação social, vista como entrave à passagem para uma “forma superior de exploração”, representada pelo socialismo. É neste contexto que, em 1898, surgiu, após violento debate travado no seio da social-democracia alemã, a respeito da posição que aquele partido deveria adotar diante dos camponeses, a famosa obra de Karl Kautsky (1980), intitulada *A questão agrária*.

Apesar de Kautsky não dedicar atenção especial ao trabalho assalariado propriamente dito como fez Lênin, a importância da sua obra decorre da teorização da exploração familiar no contexto da subordinação agroindustrial. O ponto central consiste na ênfase da dependência da agricultura em relação à indústria, na qual o camponês estaria se reduzindo à condição de um trabalhador disfarçado, na verdade, exercendo o mesmo papel de proletário, não desaparecendo como defendeu Lênin. Para Kautsky, não obstante a superioridade técnica da grande empresa, esta não eliminaria os camponeses livres, sempre tendo à sua ilharga uma parte que ressuscitava como pequenos arrendatários. A grande disponibilidade de pequenos agricultores, colocados ao lado dos grandes, multiplicava o número de braços postos à disposição da grande exploração, dando vitalidade de progressão a esta última.

A teoria de Chayanov e a inexistência do trabalho extra-familiar

No espaço agrário russo, o campesinato compunha a maioria da população rural, ignorada pelo programa agrário dos marxistas. Após a Revolução Russa de 1917, os bolcheviques, imbuídos das formulações de Marx e representados por Lênin, propuseram a imediata expropriação das grandes propriedades e a nacionalização das terras, inclusive as dos camponeses. Numa posição totalmente oposta, a Liga pela Reforma Agrária, representada por Chayanov, sugeriu a transferência de toda a terra às unidades camponesas. (HEYNIG, 1982, p.128).

Na percepção de Chayanov, apesar do predomínio das formas capitalistas de produção, prevalece na maioria dos países um tipo de exploração campesina cuja racionalidade não pode ser analisada à luz das teorias econômicas clássicas e das teorias modernas derivadas delas. Em função dessa constatação, ele elaborou uma teoria sobre a unidade econômica camponesa, partindo da sua lógica interna, baseada no trabalho do próprio produtor e de sua família.

Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada. Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade. (CHAYANOV, 1981, p.133-134).

O princípio básico de organização da unidade econômica camponesa, segundo a visão de Chayanov, reside na satisfação das suas necessidades, concebida simultaneamente como uma unidade de produção e consumo. Trabalho, terra e capital formam um conjunto indissociável de variáveis dependentes, estabelecidas num processo de equilíbrio entre o dispêndio de trabalho e as necessidades de consumo da unidade. As decisões sobre a produção e o consumo estão relacionadas a fatores internos, a chamada *motivação individual*. A quantidade do produto do trabalho depende do tamanho e da composição da família trabalhadora e do grau de auto-exploração (este prescrito pelas necessidades internas de consumo). O equilíbrio será afetado pelo tamanho da família, membros aptos ou não ao trabalho, e pela dimensão da terra, sujeita a alterações por herança, casamentos etc., a promover a diferenciação no espaço rural, denominado pelo autor de *diferenciação demográfica*².

Na economia camponesa, prevalece a produção de *valores de uso* para o auto-consumo, diferentemente do modo de produção capitalista, que produz *valores de troca*. Mas, a produção de valores de uso, direcionados para o autoconsumo, não implica ausência de excedente produtivo, que entra na esfera monetária num nível de *sistema mercantil simples*. Oliveira (2001, p.52), baseando-se nas teorias sobre a circulação do dinheiro de Marx e nas contribuições lançadas por Chayanov, sistematizou as diferenças entre a produção capitalista e a camponesa no âmbito da circulação das mercadorias. Segundo o referido autor, a produção de mercadorias na agricultura camponesa só pode ser entendida do ponto de vista da simples circulação, ou seja, vender para comprar. A

comercialização se destina a um fim específico, situado à margem da circulação, qual seja, a apropriação de valores-de-uso ou a satisfação de necessidades básicas.

[...] [a] questão fundamental nos estudos sobre a produção camponesa é a distinção do *movimento* na circulação entre esta e a produção capitalista. Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula *D-M-D* na sua versão simples e *D-M-D'* na sua versão normal, ampliada portanto. Na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula *M-D-M*. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples de circulação das mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar. (OLIVEIRA, 2001, p.52).

Desta forma, o objetivo fundamental da produção camponesa é a subsistência. Isto garante a autonomia relativa do camponês na gestão das suas atividades agrárias frente ao grande proprietário e à sociedade envolvente sobre como decidir internamente o que plantar e como dispor do excedente. Este, quando comercializado, entra na circulação em sua forma simples, mediante conversão do produto vendido em dinheiro e do dinheiro em mercadoria. A venda do excedente assume, portanto, um fim específico: adquirir aquilo que não é produzido internamente como sementes, instrumentos de trabalho, vestuários, utensílios domésticos etc. (custos da reprodução material) e/ou cumprir as obrigações prescritas por aqueles que detêm o poder econômico e político como pagar os tributos devidos ao Estado e à Igreja (taxas de casamentos, batizados etc.) (custos da reprodução social).

Na teoria de Chayanov, ele ressalta que a família camponesa não contrata mão-de-obra fora do estabelecimento; possui seus próprios meios de produção e, ocasionalmente, é obrigada a empregar parte de sua força de trabalhos em atividades não-agrícolas. O recurso a atividades complementares, não agrícolas (manufatura, artesanato etc.), é uma característica histórica do campesinato, mas lembre-se que o cultivo da terra e a criação de animais constituem as suas ocupações centrais.

No caso do trabalho assalariado, a sua exclusão entre o campesinato é uma das precondições para a dinâmica peculiar da produção camponesa da forma como Chayanov a vê, visto que a contratação do trabalho assalariado levaria à penetração da lógica capitalista na unidade familiar. De acordo com Wilkinson (1986), os custos fixos deste trabalho contratado romperiam o equilíbrio consumo-trabalho, pois os retornos deveriam ser compatíveis com esses custos unitários fixos. Para este autor:

[...] Chayanov esforça-se em minimizar o uso de trabalho extra-familiar entre os camponeses russos, já que é a inexistência do trabalho contratado que, a seu ver, confere a relevância empírica à sua teoria. Ele afirma que “aqui na Rússia, 90% de todas as unidades camponesas são exploradas puramente na base do trabalho familiar”. Entretanto, no texto, há poucos dados estatísticos para dar suporte a esta posição; os dados que ele compila referem-se a regiões isoladas, e quase certamente só a trabalho permanente. (WILKINSON, 1986, p.50).

Na unidade camponesa, geralmente o tipo de trabalhador contratado predominante é o diarista. Se, conforme sugeriu Wilkinson (1986), interpretarmos que a contratação deste trabalhador para cobrir os períodos críticos do ciclo agrícola não dependeria do critério capitalista de rentabilidade por unidade de trabalho empregado, o uso do trabalho assalariado não invalida a lógica não-capitalista da unidade de produção familiar tal como Chayanov a concebe. Neste sentido, vale ressaltar a opinião de Oliveira (2001, p.58), segundo o qual a contratação de trabalho assalariado no interior da unidade camponesa se deve ao ciclo de existência da família, pois “há momentos críticos do ciclo agrícola em que os membros da família não são suficientes, pois as tarefas exigem rapidez e muitos braços”. Obviamente, nas áreas onde é possível um aumento da renda diferencial do camponês, a contratação temporária pode vir a se tornar permanente, possibilitando, inclusive, a acumulação de dinheiro pelos camponeses e sua passagem para uma categoria social estritamente capitalista.

A crítica mais incisiva à teoria de Chayanov reside no equilíbrio trabalho-consumo, reafirmado pela correlação entre tamanho familiar e área cultivada. Para o autor, não haveria um processo de diferenciação social, mas um processo demográfico, visto que o tamanho da terra refletiria paralelamente o ciclo da família. Apesar da ênfase na determinação interna da dinâmica da unidade de produção camponesa, ele admite as intervenções externas da máquina comercial na organização da produção que ditam as condições técnicas, fornece sementes e fertilizantes e converte seus fornecedores em executores técnicos de seus objetivos e de seu plano econômico.

No contexto atual, conforme enfatizou Wilkinson (1986), não há mais espaço para a determinação da produção de acordo com o balanço trabalho-consumo, especialmente se levarmos em conta os produtores familiares modernos. Da mesma forma, nem mesmo a própria absorção da força de trabalho externa pode ser compreendida como determinada pelas condições internas da unidade de produção familiar. Apesar da validade da teoria de Chayanov, a lógica autônoma do produtor

moderno no seu balanço trabalho/consumo não depende de critérios subjetivos, visto que sua exploração está subordinada aos meios de produção e ao controle técnico da agroindústria.

A teoria de Lênin e a diferenciação social do campesinato

Os teóricos do marxismo acreditavam na universalização das relações de produção capitalistas no espaço agrário, a determinar o aniquilamento da produção parcelária, rumo à constituição de uma classe política operária, condição vital para a implantação do socialismo. Como um dos representantes do marxismo, Lênin (1985) estudou a inserção da “economia natural” no âmbito da produção mercantil. Ele defendeu que a base da formação do mercado interno na economia capitalista passa pela desagregação dos pequenos produtores em patrões e trabalhadores agrícolas. Neste processo de descampesinização, surgiriam a burguesia rural e o proletariado formado por trabalhadores agrícolas assalariados.

Lênin acreditava na generalização das relações de produção, especificamente capitalista, no interior da produção agrícola, a destruir o campesinato através da *diferenciação interna* e de sua integração no mercado capitalista. Para o autor, a persistência de relações não-capitalistas de produção no campo era entendida como resíduo em vias de extinção.

Havia, segundo o autor, uma permanente correlação entre tamanho familiar e bem-estar econômico, de modo que as maiores famílias eram, precisamente, aquelas que contratavam maiores proporções de trabalho assalariado.

Notemos que quando se classificam as famílias de acordo com seu poder econômico ou com o tamanho da unidade produtiva, sempre encontramos as maiores famílias no estrato dos mais bem situados do campesinato [...] Não se deve, entretanto, exagerar a importância das grandes famílias entre os camponeses mais bem situados, que, como nossos dados mostram, lançam mão em mais alto grau do emprego de trabalho contratado. (LÊNIN, 1985, p.95).

Lênin compreendia que a inserção da “economia natural” no âmbito da produção mercantil teria como consequência inevitável no processo de evolução social, a diluição desta forma de produção em duas classes: de um lado, um estrato de proletários rurais e, de outro, um campesinato burguês, economicamente mais favorecido em função da

utilização do trabalho assalariado. A maioria das famílias camponesas, bem-sucedidas, empregaria força de trabalho assalariada, sobretudo permanente.

O velho campesinato não está apenas se “diferenciando”; ele está sendo totalmente dissolvido, está deixando de existir, deslocado por tipos de população rural totalmente novos, por tipos que constituem a base da sociedade na qual dominam a economia mercantil e a produção capitalista. Estes tipos são a burguesia rural (pequena burguesia, principalmente) e o proletariado rural, a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos trabalhadores agrícolas assalariados. (LÊNIN, 1985, p.177).

A formação de um corpo regular de trabalhadores rurais e diaristas é uma condição essencial para a existência do camponês bem-sucedido para Lênin. A força de trabalho assalariada diarista seria característica dos camponeses em estrato social mais baixo, ao passo que os trabalhadores permanentes estariam disseminados nos grupos dos camponeses em condição econômica superior. Para Wilkinson (1986, p.58), a equação feita por Lênin entre trabalhador assalariado e desenvolvimento da exploração capitalista deriva de sua luta contra os *narodniks*, os quais afirmavam que “a contratação de diaristas e de trabalhadores por pequenos períodos [...] é um fenômeno demasiado generalizado, não podendo servir como critério para a caracterização do vigor ou fraqueza de uma exploração”.

Wilkinson (1986) reafirma o mérito do trabalho de Lênin, ao destacar a penetração capitalista no campesinato e a existência no interior do mesmo, de uma contradição de classes. Todavia, apoiando-se nos dados do próprio Lênin, Wilkinson defende que o social-democrata interpretou de forma sistematicamente incorreta as estatísticas, exagerando nas dimensões quantitativas do desenvolvimento capitalista na agricultura camponesa russa. Isto porque os dados indicam um poder de sobrevivência muito maior da pequena produção familiar mercantil e não a sua dissolução como Lênin afirmou.

A teoria de Kautsky e a subordinação da agricultura

O primeiro teórico a apresentar uma análise profunda e detalhada das leis do desenvolvimento do capitalismo no campo foi Kautsky (1980). Segundo este autor, as deduções de Marx não podem ser transportadas para o domínio da agricultura, pois sua teoria do desenvolvimento, que pressupõe o crescimento da grande exploração, a

proletarização das massas, e que deduz dessa evolução, como consequência necessária, o socialismo, só é clara para o domínio industrial, não para o domínio agrário. O modo de produção capitalista domina na sociedade atual, mas ele não constitui a única forma de produção existente, visto que ao lado dele se encontram ainda restos de modos de produção pré-capitalistas.

Marx (1985, p.918-931) deu pouca importância ao campesinato, pois o considerou uma *categoria residual*, em caso de liquidação, que criava obstáculos à plena expansão do capitalismo. Como os camponeses se identificam com a propriedade privada em pequena escala, Marx afirma a incompatibilidade do campesinato com o capitalismo, pois sua tese central é a da universalização das relações de produção capitalista e a aniquilação das formas de produção *parcelaria*. Desta forma, defende a expansão das relações capitalistas no campo para liberar os camponeses da *idiotez rural*, os quais se tornariam proletários ou burgueses, em virtude de sua incapacidade produtiva e técnica. Esta expulsão, segundo o autor, seria condição necessária para o desenvolvimento capitalista na agricultura.

De forma semelhante a Marx, Kautsky defende que o capitalismo, ao penetrar no campo, provoca o fenômeno da concentração da riqueza, como ocorre na indústria. Mas, se num dos pólos ocorre a proletarização das camadas mais pobres do campesinato, no outro pólo tem-se uma oscilação entre a grande e a pequena propriedade. Esta segunda característica explicava a permanência de relações pré-capitalistas na Rússia, a perpetuar sua condição atrasada e semifeudal e a entravar a passagem para o socialismo, visto que este sistema só seria possível num país onde as forças de produção, sob as relações do capitalismo, estivessem completamente desenvolvidas.

Antes de empreender as pesquisas sobre a questão agrária [...] a minha concepção da evolução social era que a exploração camponesa se via ameaçada de um lado pela fragmentação, de outro, pela grande empresa [...] Os meus esforços me levaram, contra qualquer previsão, ao resultado de que [...] não deveríamos esperar, na agricultura, nem o fim da grande, nem o da pequena exploração. Tínhamos aqui, num dos pólos, a tendência universalmente justa para a proletarização. No outro pólo, verificávamos uma oscilação constante entre os progressos da pequena e os da grande exploração [...] Cheguei também ao resultado de que a agricultura não produz por si mesmo os elementos de que necessita para alcançar o socialismo, ao contrário, a agricultura independente da indústria, quer seja camponesa, quer seja capitalista, deixa cada vez mais de ter o seu papel na sociedade. A indústria subjuga a agricultura. Assim, a evolução industrial traça cada vez mais a lei da evolução agrícola. (KAUTSKY, 1985, p.16).

Apesar da característica “atrasada” da agricultura na Rússia, a revolução nas vias de comunicações e o desenvolvimento da circulação em geral e do comércio impulsionaram a acumulação do capital e, conjuntamente, aumentaram a dependência da agricultura.

No processo de subordinação da agricultura à indústria, Kautsky exemplifica o caso dos produtores dinamarqueses e suíços, submetidos às cooperativas de leite. O autor destaca como a pequena exploração se atrela e, ao mesmo tempo, garante a reprodução de setores que se verticalizam. Quando o camponês se torna fornecedor de uma fábrica estranha, ele deixa de ser senhor de sua exploração agrícola, se tornando um apêndice da exploração industrial, um operário parcial da fábrica:

O camponês, de dono de sua própria produção agrícola, converte-se, ele próprio, em um apêndice da produção industrial; tendo de submeter-se às demandas desta última, ele se transforma, em parte, em um operário [...] Que extensão tomaram certas explorações da indústria agrícola? É o que nos mostram, por exemplo, as empresas da casa Nestlé. Ela possuía na Suíça duas grandes fábricas para o preparo de leite condensado e uma fábrica para o preparo de farinha Láctea. Esta última, estabelecida em Vevey, trabalha diariamente 100.000 litros de leite, produto de 12.000 vacas, oriundos de 180 aldeias. 180 aldeias perderam a sua autonomia econômica e se tornaram caudatárias da casa Nestlé. Os seus habitantes ainda são, exteriormente, proprietários de suas terras, mas já não são camponeses livres. (KAUTSKY, 1985, p.286 e 304).

A partir de suas evidências empíricas, Kautsky (1985) afirma que seria um erro grave considerar apenas os capitalistas e os proletários como os únicos fatores da sociedade atual, como fizeram Marx e Lênin. Ele ainda aponta que a social-democracia, no começo, pouco se preocupou com o camponês, pois esperava que a evolução econômica lhe preparasse o caminho no campo como na cidade, e que a luta entre a pequena e a grande exploração conduzisse à supressão da primeira. Mas, a pequena exploração na agricultura não obedecia, de modo algum, a um processo de desaparecimento rápido e as grandes explorações só lentamente conquistavam terreno, perdendo-o mesmo em alguns lugares. Essa conclusão, em face da permanência dos camponeses, poderia ter como consequência principal a necessidade de modificação do ideal comunista e do programa agrário, que tinham por fundamento a grande empresa socialista.

Tanto Marx quanto Kautsky não viam viabilidade econômica na pequena exploração. Para os dois autores, a pequena exploração era um fenômeno econômico do passado, dificultando o progresso econômico. Na opinião de Kautsky (1985, p.149):

A grande massa dos homens comuns não pode passar diretamente, em condições normais, da exploração artesanal ou camponesa à grande exploração cooperativa. A propriedade individual dos meios de produção a tanto se opõe [...] Não é por intermédio dos que possuem, mas do que não possuem, que se fará a passagem à produção cooperativa. Isto não quer dizer, contudo, que os camponeses só possam fazê-lo por um único meio, qual seja, o da transição pela fase temporária do proletariado, que devam ser necessariamente expropriados pelo capital, que a produção socialista seja impossível enquanto existirem. Nada menos exato. Significa, isto sim, que só o proletariado vitorioso poderá tomar uma iniciativa de tal envergadura e estabelecer as condições que permitam a passagem dos artesãos e camponeses – não apenas idealmente, como hoje, mas de fato – à grande produção cooperativa.

A crítica de Kautsky e de outros marxistas ao campesinato foi, em última instância, uma crítica à propriedade privada, conforme inclusive se observa na citação anterior. Para Marx (1985, p. 930-931), o principal obstáculo à pequena exploração reside na propriedade privada, “limite e estorvo da agricultura”. Segundo este autor, a pequena propriedade fundiária geraria uma classe à margem da sociedade que combinaria toda “a crueza das formas sociais primitivas com todos os sofrimentos e todas as misérias dos países civilizados”.

Posição semelhante era a de Engels (1981, p.63) quando afirmou que “o instinto de propriedade está no sangue” do camponês. Da mesma forma, Lênin (1980, p.18), no programa agrário da social-democracia russa, deixou claro que “a pequena propriedade freia o desenvolvimento das forças produtivas, pois prende o produtor à pequena parcela, mantém a técnica rotineira e entorpece a elevação do rendimento mercantil da terra”.

O camponês representava, de forma geral para os marxistas, uma categoria que criava obstáculos ao pleno desenvolvimento do capitalismo no campo. Como proprietário dos meios de produção era um capitalista e como trabalhador, um assalariado. A sua parcela era vista como antieconômica, pois não admitia a divisão do trabalho no cultivo, a aplicação da ciência, a diversidade do desenvolvimento, a variedade do talento e a riqueza das relações sociais (MARX, 1985, p. 925). Era preciso libertá-lo da propriedade privada. O futuro da “agricultura racional moderna” não estava, portanto, na “exploração nanica dos camponeses”, mas “nas explorações-monstros”, ou seja, na grande propriedade coletiva, conforme mencionou Kautsky

(1980, p. 178 e 329). O dever da grande empresa socialista, base fundamental do programa agrário russo, era arrancar o camponês do “inferno em que a sua propriedade privada” o acorrentava.

Considerações Finais

Os teóricos do marxismo acreditavam na universalização das relações de produção capitalistas no espaço agrário, rumo à constituição de uma classe política operária, condição vital para a implantação do socialismo. Mas, o camponês constituía um entrave à formação da classe desejada, pois criava obstáculos ao pleno desenvolvimento do capitalismo no campo. As obras marxistas, excetuando-se parte da de Kautsky, oferecem pouca contribuição teórica acerca da produção familiar, visto que inevitavelmente apontaram para o destino trágico do camponês. Entretanto, devem ser compreendidas no âmbito do contexto histórico e político da Rússia do final do século XIX, cujos teóricos estavam engajados nas várias lutas políticas acerca do papel do campesinato no seio da implantação do socialismo. Abramovay (1998) já chamou atenção para esta observação.

Chayanov, por sua vez, apresentou importantes contribuições teóricas, principalmente no que diz respeito à dinâmica interna da produção camponesa. Entretanto, por si só, não é capaz de explicar as características da pequena produção familiar na América Latina, principalmente daquela que atualmente se atrela ao mercado. Em sua obra, há obstáculos cruciais para se entender a dinâmica do trabalho familiar integrado aos circuitos da acumulação agroindustrial. Num contexto de expansão do capitalismo moderno onde a grande indústria capitalista passa a dominar a agricultura, Kautsky oferece um referencial clássico mais convincente para analisar a integração agroindustrial e a supressão do divórcio entre a indústria e a agricultura.

O campesinato latino-americano possui situações geográficas, históricas, sociais e econômicas diferenciadas do camponês europeu, vivenciando processos simultâneos, com diferentes graus de intensidade de proletarização, campesinização e descampesinização. Apesar do crescimento da descampesinização, sobretudo nas últimas décadas, não se pode afirmar a generalização do trabalho assalariado no campo, a perda completa da lógica interna do camponês, a desagregação dos seus valores

familiares, não obstante sua integração ao mercado, e a liquidação da forma *parcelaria* que para Lênin e Marx representariam uma conseqüência fundamental quando do avanço do capitalismo sobre o espaço rural.

Assistimos no Brasil, simultaneamente, conforme dados dos censos agropecuários, ao aumento do trabalho assalariado (permanente ou temporário) nos estabelecimentos agrícolas com mais de 1.000 hectares e do trabalho familiar nos estabelecimentos agrícolas com área inferior a 100 hectares. O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo está marcado por essa faceta desigual, que ao mesmo tempo em que amplia o trabalho assalariado, amplia, igual e contraditoriamente, o domínio do trabalho familiar.

O processo de expropriação nem sempre atua em termos absolutos no campo, como advogaram autores clássicos, sobretudo Marx e Lênin. Comparando-se os dados dos censos de 1970 e 1985, observamos uma ampliação do número de posseiros (aumento de 30%) que passaram a representar 19% do conjunto dos vários tipos de produtores no Brasil³. Crescimento significativo também teve a parceira que aumentou, em termos absolutos, cerca de 20%. Em 1995/96, os posseiros representaram 15% (709.710 produtores) do conjunto total dos produtores, os parceiros 6% (277.518). O aumento e a permanência dos posseiros revelam que uma parte do campesinato e dos agricultores familiares expropriados recusam a proletarização e procuram abrir na posse da terra reconquistada o espaço para a continuidade do trabalho familiar.

Em termos acadêmicos, o campesinato ainda representa um “fastígio intelectual (SHANIN, 1983, p.275)”. Apesar da noção vaga e ampla do conceito, das várias controvérsias em torno da sua definição e da sua própria heterogeneidade social, as particularidades do camponês brasileiro, moldado pelo predomínio do quadro colonial, da grande propriedade, da escravidão e de uma enorme fronteira de terras livres ou passíveis de serem ocupadas, estão a reclamar uma teoria própria que não se resuma ao simples transplante daquelas formuladas para o caso europeu. Segundo Wanderley (1996, p.8-15), a construção do espaço camponês brasileiro se fez, na maioria dos casos, sob o signo da “precariedade estrutural”, marcada por uma produção centrada na mínima subsistência e pela pobreza. Daí a elevada “instabilidade” das suas situações vividas como a busca do trabalho fora da unidade como forma de complementação da renda ou a mobilidade em direção às áreas de fronteira.

Notas

¹ Dentre os autores adeptos da segunda corrente podemos mencionar: MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa**. São Paulo: Contexto, 2001. Neste trabalho, não será dada atenção especial à corrente teórica em questão, visto que o objetivo principal consiste na discussão dos enfoques clássicos.

² Na obra de Chayanov (1974), são particularmente relevantes para a discussão em foco os cinco capítulos iniciais.

³ Infelizmente, não é possível comparar os resultados do *Censo Agropecuário* de 1995/96 com os anteriores devido às mudanças metodológicas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1998. 276 p.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.134-163.

ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena (Org.). **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 59-80.

HEINIG, Klaus. Principales enfoques sobre la economía campesina. **Revista de La CEPAL**, Chile, n. 16, p. 115-142, abr. 1982.

IBGE. **Censo Agropecuário de 1970, 1985 e 1995/96**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 588 p.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Programa agrário da social-democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. 214 p.

_____. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

_____. **O Cativo da Terra**. 6. ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 157 p.

MARX, Karl. A parceria e a pequena propriedade camponesa. In: _____. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Difel, 1985, p. 918-931. 6 v. (Livro 3, v.6).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa**. São Paulo: Contexto, 2001. 164 p.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda: sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia, 1910-1925)**. Madri: Alianza Editorial, 1983. 327 p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20, 1996, Caxambu. **Anais...Caxambu: ANPOCS**, 1996. 18 p.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: HUCITEC, 1986. 219 p.

Artigo recebido em fevereiro/2009 e aceito para publicação em abril/2009.